



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682506 - SP (2021/0233541-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARDSON COSTA SANTOS
ADVOGADO : MARDSON COSTA SANTOS - SP410898
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATA CARNEIRO AUGUSTO RODRIGUES (PRESO)
CORRÉU : RICARDO RODRIGUES AMORIM
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATA CARNEIRO AUGUSTO RODRIGUES apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2292147-32.2020.8.26.0000).

A paciente encontra-se presa preventivamente pela prática, em tese, dos delitos de tortura e de tentativa de homicídio.

Sustenta o impetrante a atipicidade das condutas imputadas à custodiada.

Afirma que a segregação preventiva carece de fundamentação idônea, eis que cingiu-se a se referir a gravidade abstrata dos delitos, não logrando demonstrar como a liberdade da ora paciente implicaria risco à garantia da ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas, nos termos do art. 282 c/c o art. 319 do Código de Processo Penal.

Aponta a desnecessidade da prisão preventiva, sobretudo porque a paciente é primária, possui bons antecedentes, tem residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão cautelar. No mérito, pugna pela concessão da ordem, confirmando-se a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, consignou o Tribunal de origem (e-STJ fls. 19-23):

"A impetração merece ser parcialmente conhecida, e nesta, denegada.

Com efeito, inicialmente, quanto à responsabilidade penal dos pacientes, isto é, a alegação de inocência, insta salientar que tal questão deve ser decidida no curso da ação penal, uma vez que não cabe dilação probatória na estreita via do 'habeas corpus'.

[...]

Quanto ao pedido principal, é caso de denegação da ordem.

[...]

Inicialmente, saliente-se que a questão da Covid-19 tem sido alegada de maneira indiscriminada,

porém não pode ser usada como subterfúgio para conferir liberdade ou prisão domiciliar a todo e qualquer custodiado.

Ademais, evidentemente, a pandemia está longe de ser um salvo-conduto para todos os presos.

Ciente da Recomendação nº 62 do CNJ, no entanto, entendo que os pacientes não preenchem seus requisitos, e, portanto, não fazem jus à liberdade provisória ou à prisão albergue domiciliar.

Nos presentes autos, não se fez prova de maneira pré-constituída de que o estabelecimento prisional não dispõe de equipe de saúde ou mesmo da inexistência de espaço adequado para isolamento.

Na minha visão, saliento que os presos estão mais protegidos dentro dos estabelecimentos prisionais, uma vez que é dever do Poder Público zelar pela saúde da população carcerária e, no caso específico do novo coronavírus, identificar e isolar custodiados que, eventualmente, venham a contrair a doença.

Aliás, seria um contrassenso mandar todos os cidadãos ficarem em casa e, ao mesmo tempo, soltar os presos, o que fatalmente implicaria no aumento da circulação de pessoas e o risco inerente de contágio. Afinal, como regra, o indivíduo que está encarcerado não tem qualquer compromisso para cumprimento das regras de convivência pública.

Resumidamente, soltos ou não, todos estamos sujeitos à contaminação pela COVID-19, o que, por si só, não é motivo suficiente para ensejar a liberdade.

Para finalizar, fica a questão: como garantir que em liberdade os pacientes farão corretamente o isolamento social?

Ademais, havendo indícios suficientes de autoria e prova da materialidade e desde que a permanência dos réus em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao Juiz manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança.

Ora, o crime de tráfico de entorpecentes é muito grave porque destrói a vida dos jovens e suas respectivas famílias. O traficante, visando auferir lucro, não se importa com seus semelhantes, preferindo praticar o nefasto comércio a qualquer outra atividade lícita, que não prejudique as pessoas.

Tampouco há que se falar em insuficiência de fundamentação da decisão, eis que fundamentada nos contundentes indícios de autoria e prova de materialidade. Tal decisão está amplamente motivada e não padece de qualquer vício formal que porventura a invalide, eis que o magistrado singular justificou tal medida não só diante da gravidade do delito imputado aos pacientes, como também na presença incólume dos requisitos justificadores da custódia cautelar.

Outrossim, primariedade e outros atributos pessoais,

são circunstâncias que não obstam a segregação cautelar, quando ocorrentes motivos a legitimar a constrição do acusado.

[...]

Não vislumbro, por fim, pelas provas acostadas aos autos, que seja caso de concessão das medidas cautelares previstas no art.319, do CPP, tendo em vista a gravidade do crime e as circunstâncias do fato, eis que se revelam inadequadas e insuficientes, na espécie.

Assim sendo, como os pacientes não estão sofrendo qualquer constrangimento ilegal, o writ deve ser repellido.

Ante o exposto, conhece-se parcialmente da impetração e, no mais, denega-se a ordem."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência